

Estado para quem?

A linguagem fiscal e o financiamento da educação pública no Brasil

Elton Bernardo Bandeira de Melo

Orientador: Profa. Dra. Mariza Veloso Motta Santos

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 19.03.2021

Este trabalho aborda a relação entre demandas sociais e restrições fiscais nas práticas de planejamento e orçamento federais no Brasil. Mais especificamente, analisamos como é possível converter demandas pela expansão dos investimentos públicos em educação em ameaça à economia nacional, algo contrário ao interesse público. Com base principalmente na análise documental das práticas no interior do Estado compreendidas entre 2011 e 2020, três perspectivas analíticas complementares foram aplicadas. A primeira toma a analítica da governamentalidade de Michel Foucault como referência principal. Aqui, a análise das racionalidades que marcam o planejamento e o orçamento federal no país remonta à década de 1930. Nessa parte do trabalho, destacam-se as categorias do pensamento social brasileiro vinculadas às representações do Estado, bem como as influências do neoliberalismo e do racismo do Estado nas práticas orçamentárias nacionais. A segunda parte baseia-se principalmente na obra de Pierre Bourdieu sobre o Estado e a gênese do campo burocrático. Aqui, enfocamos a dimensão simbólica e construtiva dos atos de Estado. A terceira e última parte é inspirada no trabalho de Erving Goffman sobre as representações de si nos estabelecimentos sociais para uma compreensão da luta dentro do Estado por recompensas simbólicas e materiais. Usamos algumas categorias de Jacques Rancière para integrar as abordagens acima descritas em uma compreensão de como as práticas do Estado configuram a partilha do sensível e constituem uma estética das questões públicas. As práticas de planejamento e orçamento fazem com que o gasto social e, em particular, o investimento em educação apareçam no espaço público como risco à segurança econômica do país. Elas produzem uma ideia de público na qual os gastos com educação estão sujeitos a classificações e regras fiscais. A perspectiva fiscalista, prevalente no grupo dos agentes públicos mais bem posicionados na arena estatal, é convertida em universal. A austeridade fiscal, apoiada nas práticas

oficiais de orçamento e finanças, impede o atendimento de demandas por mais despesas sociais, exigindo o sacrifício de parcela da população – justamente a parcela mais vulnerável, que, ao mesmo tempo, é privada de direitos fundamentais e de participar do mundo social em que vive.

Palavras-chave: Estado. Práticas estatais. Planejamento. Orçamento. Burocracia. Austeridade fiscal. Financiamento da educação. Governamentalidade, representação, neoliberalismo, racismo, estética das questões públicas, partilha do sensível.